



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 45, Maio - Agosto, 2024



**MECANISMO DOS SONHOS E CONTROLE DA SEXUALIDADE:
SOBRE O PRINCÍPIO DA MORAL NO SUJEITO DO INCONSCIENTE**

**DREAM MECHANISM AND CONTROL OF SEXUALITY: ON THE
PRINCIPLE OF MORALITY IN THE SUBJECT OF THE UNCONSCIOUS**

Juliana Bartijotto (FFCLRP-USP)

RESUMO: Este artigo explora uma complexa relação entre moral e sujeito do inconsciente. O objetivo principal foi uma tentativa de articular a moral, segundo Foucault, ao superego, uma instância psíquica que faz parte do inconsciente, conceito forjado por Freud. A moral, lida pela lente foucaultiana, é uma construção histórica que serve para disciplinar e controlar sujeitos. Já o superego é uma instância psíquica formada a partir da introjeção das leis e normas, mas que deixam de ser as mesmas quando inscritas no sujeito do inconsciente. Utilizamos, assim, o mecanismo dos sonhos e o controle da sexualidade como formas de ilustração do princípio da moral no inconsciente. Os sonhos são realizações de desejos interditados que foram recalçados, mas retornam de forma velada (esses desejos são distorcidos e censurados). E, por se tratar de desejos moralmente proibidos pela época e pela regulação do superego, não deixam de causar efeitos de mal-estar no sujeito e, por conseguinte, no coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Moral; Inconsciente; Sonhos; Sexualidade.

ABSTRACT: This paper delves into the intricate relationship between morality and the subject of the unconscious. The main objective was to attempt to articulate morality, according to Foucault, with the superego, a psychic instance that is part of the unconscious, a concept forged by Freud. Morality, read through a Foucaultian lens, is a historical construction that serves to discipline and control subjects. The superego, on the other hand, is a psychic instance formed from the introjection of laws and norms, but which cease to be the same when inscribed in the subject of the unconscious. Thus, we use the mechanism of dreams and the control of sexuality as ways to illustrate the principle of morality in the unconscious. Dreams are the fulfillment of forbidden desires that have been repressed, but return in a veiled form (these desires are distorted and censored). And, because they are morally prohibited desires by the time and regulation of the superego, they do not cease to cause discomfort in the subject and, consequently, in the collective.

KEYWORDS: Morality; Unconscious; Dreams; Sexuality.

Introdução

Ao longo da história do pensamento, há uma busca constante por compreender o funcionamento do sujeito na sua relação com o mundo que o cerca. Nesse trajeto, a psicanálise, com Sigmund Freud e Jacques Lacan, e a filosofia, com Michel Foucault, oferecem lentes distintas, mas, muitas vezes, complementares para desvendar as complexas nuances da psique.

Freud, o pai da psicanálise, forja o sujeito do inconsciente, revelando um universo de desejos, pulsões e conflitos que moldam a subjetividade. Já Lacan, herdeiro freudiano, propõe uma leitura estrutural do inconsciente, sendo a linguagem um elemento chave para analisar o sujeito do inconsciente na sua relação com o Outro⁹ e com o outro¹⁰.

Em contrapartida, Foucault, pensador francês, desloca o foco do sujeito para as relações de poder que o permeiam. Através da análise de dispositivos discursivos e práticas sociais, ele demonstra como a moral se configura como um instrumento de controle e normatização. Essa moral serve para moldar a subjetividade dos seres humanos e seus comportamentos.

Ao entrelaçar as perspectivas de Freud, Lacan e Foucault, este artigo, de modo geral, propõe uma possível costura entre o sujeito do inconsciente e o princípio da moral. A fim de dar início a esse trabalho, colocamos a seguinte pergunta: podemos tomar o sujeito do inconsciente e a moral como instâncias separadas, mas que se atravessam?

Freud (1996a, 1996b) afirma que o inconsciente é sempre sexual, sendo regido pelo princípio da satisfação da pulsão (libido). O sonho é “a via régia para o inconsciente”, uma espécie de portal para desejos e traumas recalçados. Por isso, o caminho utilizado para abordar algo da moral no sujeito do inconsciente são os mecanismos dos sonhos e a tripartição psíquica (id, ego e superego).

Esses conceitos tocam na questão da sexualidade como força motriz do funcionamento do inconsciente e que se revela de modo disfarçado, através de símbolos e metáforas. Freud (1996a) afirma que o acesso ao inconsciente ocorre apenas através de suas formações: chiste, ato falho, sonhos e sintomas. O autor toma os sonhos como realizações de desejo de ordem inconsciente. Devido a uma moral implícita da época, certos desejos não podem aparecer de

⁹ É um conjunto de significantes que podemos chamar de discurso. O Outro é anterior ao sujeito e o interpela como ser falante, inserindo-o na ordem simbólica. O Outro se manifesta de diversas formas, como a mãe, que assume o papel do Outro primordial na fase inicial da vida do sujeito; o pai, que representa a Lei e a interdição e as instituições sociais, como a escola, a religião e o Estado.

¹⁰ É o outro imaginário, aquele que o sujeito estabelece relações de paridade e rivalidade e pode vir como uma ameaça à identidade do sujeito. Trata-se de uma imagem especular, mas, também, pode assumir alteridades.

forma revelada, podendo, apenas, vir à tona no consciente de modo velado, distorcido e censurado. Assim, por meio dos sonhos, os desejos proibidos se manifestam e a moral faz uma força a fim de recalcar esses desejos. Uma segunda pergunta se coloca: essa moral equivale ao conceito de superego, proposto por Freud?

Foucault (1979; 1987) propõe uma abordagem histórica da moral, desconstruindo-a como um conjunto de normas fixas e universais. A moral é vista como um produto de relações de poder, em constante mutação e intrinsecamente ligada à sexualidade. Por isso, nesse texto recorreremos, especialmente, à história da sexualidade com o intuito de ilustrar a força da moral ao longo das eras. Essa perspectiva questiona a teoria do recalque em Freud como única resposta aos desejos, abrindo espaço para outras formas de leitura. E, por fim, uma terceira questão se coloca: a moral proposta por Foucault contribui de que modo para a constituição do inconsciente, especialmente, a constituição das duas instâncias psíquicas (ego e superego)?

Embora com diferentes ênfases, Freud e Foucault reconhecem a importância da moral e como ela exerce influência direta sobre a questão da sexualidade na vida do sujeito ao longo das épocas. Freud vê a sexualidade como uma força motriz recalçada ao inconsciente e Foucault como elemento que precisa ser controlado. A moral para Freud é repressiva e Foucault a toma como historicamente construída.

A moral e a sexualidade no discurso histórico

Na antiguidade a sexualidade era frequentemente vista como uma força natural e sagrada, ligada à fertilidade e à reprodução. Na Grécia e Roma antigas, por exemplo, existia uma grande liberdade sexual, com a presença de homossexualidade, prostituição e outras práticas que hoje são consideradas tabus em algumas culturas. Apesar de haver alguma liberdade, ainda assim existiam vários elementos reguladores da sexualidade.

Interessante retomar que, desde a idade antiga, aborda-se a questão dos sonhos e de como analisá-los. E a referência clássica é a obra de Artemidoro (2005) que sistematizou a interpretação dos sonhos em sua obra “Onirocritica”. Para o autor, os sonhos possuem significado simbólico e podem prever acontecimentos futuros, sendo a sexualidade um tema recorrente em sua obra, interpretada como expressão de desejos e angústias do sonhador. O autor antigo toma a sexualidade como expressão natural dos desejos humanos, sendo a moral um guia para o comportamento.

Através da lente analítica de Michel Foucault (1976, 1984, 1985) podemos explorar a moral e a sexualidade como construções sociais moldadas por relações de poder e saber. Segundo o autor, a moral não é um conjunto de valores universais e atemporais, e, sim, um discurso que emerge em contextos históricos específicos e serve como instrumento de controle social.

Foucault (1976, 1984, 1985) propõe a moral, na era antiga, como profundamente imbricada em discursos sobre o corpo, o prazer, a procriação e a família. Esses discursos, disseminados por instituições como a religião, a medicina e o Estado, definiam o que era considerado “normal” e “anormal” em termos de comportamento sexual, reprodutivo e social. Na obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, a sexualidade na antiguidade era vista como uma força poderosa e multifacetada, intimamente ligada à ética, ao poder e ao conhecimento.

Foucault (1979) propõe o conceito de “aphrodisia” para descrever a sexualidade grega, diferenciando-a da concepção moderna. A aphrodisia não se resumia ao ato sexual em si, mas englobava um conjunto de práticas, discursos e saberes que visavam o cuidado de si, a busca pela excelência e a construção de relações interpessoais. O amor na antiguidade era dividido em duas categorias principais: Eros e Ágape. O Eros, representado por figuras como Afrodite e Eros, simbolizava o amor passionai, intenso e físico, muitas vezes direcionado a jovens de ambos os sexos. Já o Ágape, personificado por figuras como Ágape e Philia, representava o amor fraternal, altruísta e espiritual, presente na amizade e na relação entre mentor e discípulo. As relações homossexuais entre homens adultos e jovens eram consideradas aceitáveis e até mesmo valorizadas em alguns contextos, desde que seguissem uma hierarquia de idade e status social. Já a feminilidade, por outro lado, era subordinada à masculinidade, e as mulheres eram vistas como seres inferiores e menos racionais.

Era preciso haver algum controle do Corpo. A sexualidade era vista como uma força potencialmente perigosa que precisava ser controlada e disciplinada. Havia certa regulação da procriação que era vista como um dever fundamental, especialmente para as mulheres, cujo valor social estava intimamente ligado à sua capacidade de gerar filhos. O controle da natalidade era frequentemente visto com desconfiança e o aborto era punido. A construção da Família era considerada a base da organização social, sendo o papel de cada membro dentro da família rigidamente definido. As mulheres eram subordinadas aos homens e os filhos eram submetidos à autoridade paterna (Foucault, 1976).

Alguns movimentos religiosos e filosóficos da era antiga questionavam as normas morais dominantes e propunham alternativas de vida baseadas em princípios como a ascese, o celibato e a comunidade. As mulheres, apesar de sua posição subordinada na sociedade, também encontraram formas de resistir às normas morais que as limitavam. Através de estratégias como a recusa do casamento, o controle da natalidade e a participação em atividades consideradas masculinas. Algumas mulheres buscavam maior autonomia e liberdade (Foucault, 1976).

Com o advento do Cristianismo, a sexualidade passou a ser vista como algo pecaminoso e a ser reprimida. A Igreja Católica impôs uma série de regras e normas que restringiam a expressão sexual, condenando o sexo fora do casamento, a homossexualidade e outras práticas consideradas “imorais”.

Na Idade Média, a Igreja Católica era a principal instituição responsável pela definição e disseminação da moral. Através de doutrinas religiosas, sermões, confissões e práticas penitenciais, a Igreja buscava controlar o comportamento sexual dos indivíduos e garantir a ordem social. O corpo humano era visto como um templo do Espírito Santo e a sexualidade era considerada uma fonte de tentação e pecado. A castidade e o celibato eram valorizados, enquanto o sexo fora do casamento era condenado como imoral. A Igreja estabelecia regras rígidas sobre o casamento, a procriação e o exercício da sexualidade. O casamento monogâmico e heterossexual era a única união legítima e métodos contraceptivos eram proibidos. A transgressão das normas morais era punida com severidade. A Igreja utilizava instrumentos como a excomunhão, a penitência pública e a fogueira para punir aqueles que se desviaram dos ensinamentos religiosos (Foucault, 1976).

Foucault (1976), argumenta que a moral na Idade Média não se limitava à esfera religiosa, mas se manifestava também em outras instituições sociais, como a família, a escola e a justiça. Através de mecanismos de vigilância, disciplina e punição, buscava-se controlar os corpos e os comportamentos dos indivíduos, moldando-os de acordo com as normas morais dominantes. A confissão auricular era uma prática fundamental para o controle da moral. Através da confissão, os indivíduos revelavam seus pecados aos sacerdotes, que os aconselhavam e impunham penitências. O castigo físico era utilizado para punir transgressões morais, como a fornicação, o adultério e a sodomia. Punições como chicotadas, mutilações e a pena de morte eram aplicadas para dissuadir o comportamento desviante e reafirmar a ordem social.

Apesar do forte controle moral imposto pela Igreja, existiam também mecanismos de resistência e subversão. Indivíduos e grupos marginalizados buscavam encontrar formas de

escapar das normas sociais e expressar sua sexualidade de forma alternativa. Alguns grupos religiosos dissidentes da Igreja Católica questionavam as normas morais dominantes e propunham práticas sexuais alternativas, como o amor livre e a poligamia. A cultura popular da Idade Média também apresentava elementos que subvertiam a moral oficial. Canções, contos e poemas representavam o amor, o desejo e o prazer sexual fora dos limites do casamento. Apesar da repressão, a homossexualidade, a prostituição e outras formas de sexualidade não normativas continuavam a existir nessa época, muitas vezes, em segredo ou em contextos marginalizados.

É preciso não esquecer que a pastoral cristã, fazendo do sexo aquilo que, por excelência devia ser confessado, apresentou-o sempre como enigma inquietante: não o que se mostra obstinadamente, mas o que se esconde em toda a parte, presença insidiosa que se corre o risco de se ouvir porque fala em voz tão baixa e muitas vezes disfarçada. O segredo do sexo não é, sem dúvida, a realidade fundamental em relação à qual se dispõem todas as incitações a falar de sexo — quer tentem quebrá-lo quer o reproduzam de forma obscura, pela própria maneira de falar. Trata-se, ao contrário, de um tema que faz parte da própria mecânica dessas incitações: maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo (Foucault, 1976, p. 36).

A partir do século XVI, a sexualidade começou a ser gradualmente secularizada, com o declínio da influência da Igreja na vida social. No entanto, a repressão sexual ainda era forte, especialmente no século XIX, com a ascensão da moral vitoriana. Os séculos XX e XXI foram marcados por grandes revoluções sexuais, com a conquista de direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres, a despenalização da homossexualidade e o aumento da liberdade sexual. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem superados, como a desigualdade de gênero, a violência sexual e a homofobia.

Na Idade Moderna, a moral e a sexualidade sofreram profundas transformações, moldadas por novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Foucault (1979, 1987, 2008) toma essas transformações relacionadas com o desenvolvimento do poder disciplinar e do biopoder, mecanismos que moldaram a vida dos indivíduos e a organização da sociedade.

Na Idade Moderna, o poder disciplinar se intensifica, buscando controlar os corpos e os comportamentos dos indivíduos com maior precisão e eficiência. Esse poder se manifesta em diversas instituições, como escolas, prisões, fábricas e manicômios, que impõem normas rígidas de conduta e produtividade. A sexualidade se torna um alvo central do poder disciplinar. A masturbação, a homossexualidade e outras formas de prazer sexual fora da norma matrimonial

continuam sendo condenadas, mas, nesse momento histórico, como patológicas e perigosas para a ordem social e não mais como pecados. O discurso médico ganha importância na regulação da moral e da sexualidade. Médicos e cientistas definem o que é considerado “normal” e “anormal” em termos de comportamento sexual e reprodutivo, legitimando a intervenção do Estado na vida privada dos indivíduos. A normatização da família era composta por pai, mãe e filhos, tornando-se o modelo ideal de organização social. Essa normatização continua a reforçar a subordinação das mulheres aos homens e o controle da sexualidade feminina (Foucault, 1984).

O biopoder, conceito desenvolvido por Foucault (2008), refere-se ao poder de regular a vida da população em termos biológicos, demográficos e de saúde na modernidade. Esse poder se manifesta em políticas públicas, como campanhas de vacinação, controle de natalidade e planejamento familiar. O Estado intervém na regulação da procriação, incentivando ou desestimulando a natalidade de acordo com seus objetivos políticos e econômicos. Métodos contraceptivos começam a ser disponibilizados, mas ainda com restrições e sob controle médico. Nessa época, o corpo humano se torna um objeto de estudo e intervenção do poder biomédico. Normas de beleza, higiene e saúde são estabelecidas, moldando a percepção dos indivíduos sobre seus próprios corpos.

A Idade Moderna também foi marcada por movimentos de resistência e subversão da moral na sexualidade: os movimentos feministas lutam pela emancipação das mulheres e pelo direito ao controle sobre seus próprios corpos e sexualidades. A cultura gay se desenvolve em espaços marginalizados, desafiando as normas heteronormativas da época.

Nesse sentido, para Foucault (1976, 1984), a moral serve como um instrumento de controle social, utilizado pelas instituições para disciplinar os corpos e as mentes dos indivíduos. Assim, ao que parece, o controle ocorre em todas épocas, cada uma à sua maneira.

O autor (1984) questiona se “a história da sexualidade devia ser lida, inicialmente, como a crônica de uma crescente repressão? Muito pouco, dizem-nos ainda. Talvez por Freud” (Foucault, 1984, p. 10). Para o autor, a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade. Uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder seria necessária para a eclosão da verdade, uma vez que essa é sempre condicionada em uma dimensão política. Em vista disso, não se pode esperar tais efeitos de uma prática médica nem de um discurso teórico. A opressão da

sexualidade e a forma de sua pregação se reforçam reciprocamente. E os meios de controlar e reprimir são pela interdição, censura e negação.

A partir do século XVIII, nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais. Formular um discurso sobre o sexo que não seja unicamente o da moral, e, sim, da racionalidade, foi uma necessidade nova para sustentar um dizer. Quase um século mais tarde, a medicina, de quem se poderia esperar ficasse menos surpresa com o que tinha de formular, ainda hesita no momento de dizer: A sombra que envolve esses fatos, a vergonha e a repugnância que eles inspiram, sempre afastaram o olhar dos observadores... (Foucault, 1984, p. 26).

Isso quer dizer que sempre vivenciamos em torno do sexo um paradoxo: um silenciar e não-silenciar ao mesmo tempo. Não se fala nem menos nem mais do sexo, pelo contrário, fala-se dele de outra maneira e a partir de outros discursos a fim de obter outros efeitos.

Na modernidade, a sexualidade tornou-se objeto de pesquisa científica. Foucault (1984) infere que esta sociedade é perversa no sentido de fixar um padrão, produzindo, por efeito, uma anomalia, uma perversidade. “Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares” (Foucault, 1984, p. 46). Não opõe uma barreira, organiza lugares de interdição e permissão, sendo os comportamentos polimorfos extraídos do corpo dos homens e dos seus prazeres tidos como patológicos. Portanto, a sociedade moderna é perversa, sendo que:

O crescimento das perversões não é um tema moralizador que acaso tenha obcecado os espíritos escrupulosos dos vitorianos. É o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Talvez o Ocidente não tenha sido capaz de inventar novos prazeres e, sem dúvida, não descobriu vícios inéditos, mas definiu novas regras no jogo dos poderes e dos prazeres: nele se configurou a fisionomia rígida das perversões (Foucault, 1984, p. 47).

Por isso, com o objetivo de compreender de que maneira o sujeito moderno podia ter a experiência dele “mesmo enquanto sujeito de uma ‘sexualidade’, seria indispensável distinguir previamente a maneira pela qual, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito de desejo” (Foucault, 1984, p. 11). Ao retornar assim, da época

moderna, através do cristianismo, até a Antiguidade, cabe perguntar porque o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral? Por que esse cuidado ético que, pelo menos em certos momentos, em certas sociedades ou em certos grupos, parece mais importante do que a atenção moral que se presta a outros campos, não obstante essenciais na vida individual ou coletiva, como as condutas alimentares ou a realização dos deveres cívicos? (Foucault, 1984).

Segundo Foucault (1984), a interdição é uma coisa, a problematização moral é outra:

De que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa ‘problematização’? E, afinal, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações (Foucault, 1984, p. 14).

O autor não propõe uma visão determinista nem contínua (uma espécie de evolução) da moral sexual. Ele reconhece que os indivíduos não são meros objetos de controle, mas também agentes capazes de resistência e subversão. Através de práticas como a transgressão, o prazer e a recusa à confissão, os sujeitos podem contestar as normas impostas e construir outras formas de subjetividades.

Em vista desse breve relato sobre a moral e a sexualidade ao longo das grandes épocas, observamos que em todas existiam (e ainda existem), algum tipo de controle e de interdição com relação ao modo dos prazeres e ao uso dos corpos. No início do século XXI Freud (1996a, 1996b) forjou o conceito de sujeito do inconsciente a fim de explicar os efeitos dessas forças repressoras. O autor notou que as repressões (ou recalques) causavam os mais diversos efeitos (atos falhos, sonhos sintomas) em seus pacientes, ou seja, aquilo que era recalcado, por ser tido como “proibido”, retornava ao sujeito de outra forma. Como afirma Lacan (2005), aquilo que o sujeito recalca no simbólico, retorna no real. E o real, segundo o autor, não é a realidade em si, mas a parte da realidade que não pôde ser inscrita no simbólico. O recalcado, ao retornar no real, faz com que o sujeito se confronte com uma parte inassimilável. A seguir falaremos desse sujeito do inconsciente e de sua constituição que é atravessada pelos discursos que o cercam.

Freud e a moral no inconsciente

Freud tomava a moral profundamente persuadida pelos conflitos inconscientes do sujeito. Em *O Mal-Estar na Civilização* (1996d), argumenta que a moral surge como uma forma de controlar os impulsos instintivos do ser humano, principalmente, os sexuais e os agressivos.

Para o autor, a sociedade impõe regras e normas morais para evitar o caos e garantir minimamente uma coesão social. Nesse aspecto, a lei se faz necessária para a constituição de uma civilização. No entanto, essas regras geram recalques, sentimentos de culpa e angústia, levando a um mal-estar coletivo. Ao longo da constituição do sujeito inconsciente, o discurso moral, ao ser inscrito no sujeito, torna-se uma instância psíquica denominada superego. Essa instância tem como função regular os pensamentos e/ou atos transgressores, bem como punir o sujeito. E os sonhos são formas de realizar esses desejos interditados sem de fato realizá-los.

Freud (1996a) postula que os sonhos, em sua essência, representam a realização de desejos, principalmente, aqueles que são interditados pela moral da época. Esses desejos, muitas vezes, são de natureza infantil e sexual, considerados inaceitáveis e, por isso, são relegados ao inconsciente. Durante o sono, a censura psíquica se afrouxa, permitindo que esses desejos se manifestem nos sonhos, ainda que, na maioria das vezes, de forma distorcida e censurada. Para explicar como os desejos recalcados se transformam em conteúdo onírico, o autor propôs o conceito de “trabalho do sonho”. Esse processo envolve os seguintes mecanismos:

- Condensação: diferentes elementos do desejo recalcado são combinados em um único símbolo onírico. Lacan (1998) utiliza a metáfora para ilustrar esse processo.
- Deslocamento: a importância de um elemento é transferida para outro, menos significativo. Aqui Lacan (1998) utiliza a metonímia para sustentar essa ideia.
- Simbolismo: os elementos do sonho assumem um significado simbólico, frequentemente relacionado às experiências e aos desejos da vida do sujeito.
- Fantasia: o sonho se apresenta como uma narrativa, com personagens, cenários e acontecimentos. O seu acesso é possível sempre por meio do relato do sonho que emerge de forma fragmentada e com lacunas.

Para interpretar os sonhos, Freud (1996a) propôs a técnica da “livre associação”. Nessa técnica, o sujeito deve falar livremente sobre qualquer pensamento ou ideia que surge em sua mente em relação ao sonho, sem censura ou julgamento. Através da análise das associações livres e da compreensão dos mecanismos do trabalho do sonho, o psicanalista busca chegar ao conteúdo latente do sonho, ou seja, o desejo recalcado que o originou. A fim de entendermos

mais a fundo o mecanismo dos sonhos e sua relação com a sexualidade, relembramos brevemente um sonho que é relatado e interpretado por Otto Rank:

Eu ia descendo às pressas a escada [de um bloco de apartamentos], perseguindo uma menininha que me havia feito alguma coisa, a fim de castigá-la. No pé da escada, alguém (uma mulher adulta?) deteve a criança para mim. Agarrei-a, mas não sei se bati nela, pois de repente me vi no meio da escada copulando com a menina (como se fosse no ar). Não era uma verdadeira cópula; eu apenas esfregava minha genitália em seus órgãos genitais externos e, enquanto o fazia, eu os via com extrema nitidez, bem como a cabeça dela, que estava voltada para cima e para o lado. Durante o ato sexual, eu via penderem acima de mim, à minha esquerda (também como se fora no ar), duas pequenas pinturas - paisagens representando uma casa circundada por árvores. Na parte inferior do quadro menor, em vez da assinatura do pintor, eu via meu próprio nome, como se a pintura se destinasse a ser um presente de aniversário para mim. A seguir, vi uma etiqueta diante dos dois quadros, dizia que também se podia conseguir pinturas mais baratas. (Vi a mim mesmo, muito indistintamente, como se estivesse deitado na cama no patamar), e fui despertado pela sensação de umidade causada pela poluição que tivera (Rank *apud* Freud, 1996a, p. 402).

O sonhador conta que um dia antes tinha ido a uma livraria, ele olhou alguns quadros com temas semelhantes ao do sonho. Ele se aproximou de um dos quadros que lhe agradava com o propósito de ver o nome do pintor, mas este lhe era desconhecido. Na mesma noite, ele ouviu uma história de que uma empregada se vangloriava por ter tido um filho ilegítimo, concebido na escada. Durante a análise do sonho, lembrou-se de que a escada do sonho era a escada da casa onde morava quando criança, momento em que também se recordou de questões sexuais ocorridas nessa época. Ele brincava no corrimão de escorregar, situação em que lhe trazia prazeres sexuais. E os adultos lhe diziam, naquela época, que “voava pela escada”. E, por fim, memora-se que fazia brincadeiras sexuais embaixo dessa escada com os vizinhos (Freud, 1996a).

Observamos aqui que o conteúdo do sonho se mistura com cenas atuais, corriqueiras e impulsos, especialmente, os sexuais. Os desejos, como a masturbação e brincadeiras sexuais na infância, são tidos como proibidos. Cabe ressaltar, ainda, que os quadros que aparecem no sonho figuram mulheres. A frase “mais baratas” revela a visão do sonhador sobre as mulheres em questão, as quais ele as assimilou às prostitutas. Essas seriam um presente dado a ele, dando indícios aqui do complexo paterno. Não iremos nos alongar nessa análise, pois outras interpretações poderiam ter sido destrinchadas. O importante é frisar que o sonho sempre

designa o desejo inconsciente do sujeito (que, em última instância, remete ao sexual) que foi recalçado por ter sofrido uma força de ordem moral.

Caminhamos um pouco mais na obra de Freud (1996b, 1996c) com o propósito de compreendermos os efeitos da moral no sujeito do inconsciente. O autor anuncia três formas de postular o inconsciente (isso não quer dizer que há três inconscientes, trata-se do mesmo):

- Inconsciente descritivo: designa uma qualidade de algo psíquico que não aparece à percepção, o ego não percebe seus próprios estados psíquicos: uma representação inconsciente é aquilo que não percebemos “bemerken” (Freud, 1996b).
- Inconsciente dinâmico: utilizou o adjetivo “wirksam” (Freud, 1996b), derivado do verbo “wirken”, que significa provocar (sobre alguém ou algo) um efeito ou uma mudança de estado, qualifica algo que é produtivo e efetivo. Isto quer dizer que as representações não percebidas são capazes de produzir efeitos sobre a vida consciente, transformando-se, muitas vezes, em ação (Handlung).
- O inconsciente sistemático: trata-se do sentido substantivo do termo (Freud, 1996b) e está estreitamente ligado ao dinâmico, possui uma atividade psíquica sistemática, ou seja, o aparelho psíquico é regulado por leis específicas - deslocamento e condensação ou metonímia e metáfora.

Em 1915 Freud (1996b) ainda não sabe ao certo o funcionamento da pulsão¹¹, onde ela se origina e de qual instância ela faz parte. No texto *O inconsciente* ele chega a postular que a pulsão é inconsciente no sentido sistemático, uma vez que ela se solta das representações e se liga facilmente a outras. Isto indica que as associações dos traços mnêmicos se ligam às percepções externas e atuais, como vimos no exemplo de uma interpretação do sonho relatado acima. Trata-se de uma energia libidinal que passa a consciência quando ligada a uma representação. E mesmo quando não está aliada a um representante, ela continua causando efeitos de mal-estar no sujeito.

Com a elaboração da segunda tópica, o inconsciente toma uma dimensão de tripartição (Freud, 1996c): id, ego e o superego, sendo a pulsão o elemento econômico, quantitativo e energético do aparelho psíquico. O id é uma espécie de reservatório das pulsões. O ego e o superego são formados a partir das identificações ao Outro e aos outros, tomando lugar de

¹¹ A pulsão (em alemão, Trieb) é um conceito que aponta um limite entre o somático e o psíquico. Podemos afirmar que é uma espécie de impulso interno e inconsciente, emerge das necessidades corporais, mas, também, de demandas psíquicas, o que leva o sujeito a uma constante busca de descarga e satisfação.

catexias abandonadas pelo id. A primeira dessas identificações (ao pai, segundo Freud (1996c) e ao Outro, segundo Lacan (1998), comporta uma instância especial do aparelho psíquico: o superego, o lugar que regula a Lei.

A moral implícita no inconsciente é chamada por Freud de superego e deve sua posição especial no ego a dois aspectos principais: em primeiro lugar, ele foi a primeira identificação que se efetuou enquanto o ego ainda era frágil; em segundo lugar, é o herdeiro do complexo de Édipo. Assim, podemos inferir que o “superego tem como função introduzir os objetos mais significativos no ego” (Freud, 1996c, p. 61). Por esse viés, o superego está mais próximo ao id, podendo atuar como seu representante. Em suma, o ego se submete ao imperativo categórico do superego, além de lutar para barrar a força pulsional do id quando se trata de um desejo visto como proibido.

Freud (1996c) aponta para a reação terapêutica negativa, uma resistência a curar-se, pois a patologia de algum modo lhe traz algum tipo de satisfação, há um ganho com a doença, ou ainda, a ilusão de que há um ganho de satisfação. Esse ganho está atrelado a um fator moral: o sentimento de culpa. Ao que parece, ocorre uma substituição: ao em vez do sujeito se sentir culpado, ele se sente doente. Como consequência, a resistência ao tratamento aumenta, sendo de difícil superação. À vista disso, o imperativo do superego determina a gravidade da neurose. Um sentimento de culpa dito normal não apresenta grandes dificuldades, ele se baseia na tensão entre ego e superego (todos nós experimentamos em alguma medida esses conflitos). Com o objetivo do sujeito sair desse impasse, ele acha uma saída através das formações do inconsciente (sintomas, sonhos, atos falhos e chistes).

Esse sentimento está atrelado ao complexo de Édipo e ao complexo de castração que foram recalçados. Freud (1996d) ainda aponta um paradoxo do funcionamento do sujeito: o homem normal não é apenas mais imoral que sabe como também é mais moral do que crê. Pode-se dizer que o aumento de sentimento de culpa pode tornar o sujeito de fato um criminoso, como se fosse obter um alívio poder ligar tais sentimentos a algo real e imediato.

O superego possui certa independência do ego, mas depende do id, considerando a importância dos resíduos verbais pré-conscientes no ego. O superego é constituído por representações verbais, pois para Freud (1996c) não é possível negar as coisas que ouviu. Parte do superego é acessível ao consciente via essas representações. Porém, a energia pulsional não chega a esses conteúdos a partir da percepção auditiva (educação ou leitura), mas de fontes do id. Trata-se aqui de como o ego responde à crítica do superego. Essa dimensão psíquica pode se dirigir com violência contra o ego, assim como pode projetar sua agressividade para um outro

externo. Na realidade, ele é a parte sádica do sujeito ao passo que o ego se torna o masoquista. As censuras podem ser mais ou menos angustiantes, isso dependerá de como cada um responde a essas instâncias. Interessante ressaltar que o amor para o sujeito do inconsciente pode facilmente se deslocar para o ódio por uma ação do superego que tende a dizer que sempre é culpa do ego, torturando-o por não ser ideal.

Do ponto de vista do controle pulsional, da moralidade, pode-se dizer que o id é amoral, do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se então tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que, quanto mais o homem controla sua agressividade para com o exterior, mais severo – isto é, agressivo – ele se torna em seu ideal de eu (Freud, 1996c, p. 66).

Nesse momento, surge, portanto, uma nova hipótese: o superego surge de uma identificação ao pai tomado como modelo. Trata-se de uma dessexualização ou de uma sublimação, ocorrendo uma des fusão pulsional, ou seja, após a sublimação o componente erótico não tem mais poder de unir a totalidade da agressividade. Essa des fusão seria a fonte de caráter geral da severidade e crueldade apresentada pelo ideal (Freud, 1996c).

Há dois caminhos em que o id (reservatório das pulsões) pode penetrar no ego: um pelas formações do inconsciente (o sonho, por exemplo) e outro por intermédio do superego. O ego é aquele que percebe tanto o mundo externo quanto o mundo do id e seus objetivos principais são: controlar as pulsões, obedecê-las ou inibi-las. É nessa perspectiva que o ego tenta responder a três senhores – o mundo externo, o id e o superego – trata-se de três modos de angústia equivalentes a três perigos.

O ego, diz Freud (1996c), é a sede da angústia, ameaçado por três instâncias, estabelecendo, muitas vezes, um mecanismo de fuga, retirando a libido da percepção ameaçadora ou do próprio id, mas o preço é a angústia. Esse afeto é o mais primitivo e pode ser depois transformado em fobia ou em uma espécie de ansiedade generalizada. Trata-se de um medo de ser aniquilado ao abandonar sua parte narcísica. Uma sensação de morte, mas, na realidade, é o medo de se deparar com a castração.

O id não possui meios para qualificar a diferença entre ódio e amor, entre moral e imoral, não conseguindo traduzir para o ego aquilo que deseja. O superego, com sua severidade, impõe ao ego a necessidade de corresponder a uma imagem que satisfará o id. No entanto, o id não exige um objeto específico: ele pode se satisfazer no bater ou ser batido, no olhar ou ser olhado,

no amor ou no ódio. Para ele, a qualidade da satisfação não importa; o que ele busca é obtê-la. No entanto, a satisfação pulsional é sempre parcial. Quem exige o modo como essa satisfação ambígua deve ser alcançada é o superego.

O superego, segundo Lacan (1998), ordena que o sujeito satisfaça a pulsão ou, melhor dizendo, que o sujeito goze de modo ideal. A moral é substituída pelo ideal, configurando-se como uma moral regida pelas leis do inconsciente, em detrimento das leis sociais. Por isso, o autor, modificando em parte a concepção de Freud (1996c), afirma que o superego ordena o sujeito a gozar, mesmo que isso implique subverter a lei moral de sua época, a fim de alcançar um ideal que, no entanto, permanece na dimensão do inconsciente.

O gozo, ao que parece, é um efeito no corpo da satisfação parcial da pulsão. Isso significa que, em última análise, falamos de uma perda de gozo, pois o ego se esforça excessivamente para alcançar o ideal de satisfação do superego e atender às demandas (gozar) do id a qualquer custo, o que nunca ocorre completamente, devido a uma impossibilidade estrutural. Portanto, a moral implícita no superego, ao ser transformada quando inscrita através das primeiras identificações, deixa de ser condizente com a moral da época, ou seja, a moral da época nem sempre coincide com a moral do superego.

A partir das considerações acima, podemos articular que o funcionamento psíquico elaborado por Freud (1996a, 1996b, 1996c, 1996d) e por Lacan (1998, 2005) está de certa forma interligado ao sujeito da moral proposto por Foucault (1979, 1984, 1985). Isso se dá pelo fato de que a constituição de um sujeito é permeada pela moral de sua época. No entanto, ao ser inscrita, essa moral gera um conflito interno entre desejos proibidos e impulsos de realização. Para resolver esse conflito, o sujeito utiliza as formações do inconsciente (sonhos, atos falhos, sintomas, chistes) na tentativa de satisfazer aquilo que é considerado imoral. Assim, o superego ordena ao ego uma satisfação ideal, independentemente dos discursos moralizantes. Dessa forma, a realização do desejo é regulada pela dimensão inconsciente, o superego, mas não sem consequências para o sujeito na realidade. O sujeito jamais se livra do sentimento de culpa e angústia, mesmo que na realidade nada tenha feito, pois na fantasia ele sempre encontra um modo de realizá-la.

Considerações finais

Os sonhos, assim como os sintomas, realizam (sem realizar) os desejos proibidos pelos discursos moralizantes, eles transgridem os poderes reguladores e, para isso, o sujeito do

inconsciente utiliza a censura, a distorção, o simbolismo (metáfora e metonímia). O fato de Freud (1996a, 1996b, 1996c) ter forjado o conceito de inconsciente já infere que existe algo da ordem da interdição que atravessa o sujeito em sua constituição.

Através da análise foucaultiana, percebemos a moral como um sistema de poder sutil, porém pervasivo, que molda nossas ações e pensamentos. As normas éticas, longe de serem verdades absolutas, são ferramentas utilizadas para disciplinar e controlar os indivíduos, inserindo-os em uma rede de saberes e práticas. Assim, os sujeitos são definidos como “normal” ou como “desviantes”, dependendo do contexto e época que estão inseridos.

Na perspectiva freudiana, a moral se ergue como um superego implacável, introjetado desde a infância por meio da educação, das normas sociais e dos discursos que circundam o sujeito. Essa instância, regida por princípios morais e, muitas vezes, punitivos, recalca grande parte de nossos desejos, mas que não deixa de provocar angústia, culpa e mal-estar. Nesse sentido, o superego é “supermoral” e paradoxal, pois é formado pelas primeiras identificações às leis (podemos dizer aqui pelo sujeito moral). Porém, transforma-se em uma instância que ordena o sujeito a gozar de modo ideal e a qualquer custo (Lacan, 1998).

Ao entrelaçamos as visões de Foucault e Freud, demonstramos que a moral no inconsciente, regulada pelo superego, por um lado, não deixa de ser um efeito das normas sociais que funcionam como mecanismos de controle, moldando nossa percepção de modo imaginário (moral x imoral). Por outro lado, as normas sociais, ao serem inscritas no sujeito, passam por mecanismos de transfiguração a fim de velar desejos interditados. Em síntese, podemos deduzir que a moral do superego se relaciona mais com a tentativa do ego de se tornar um ideal para o Outro, buscando atender aos desejos do id, do que com a mera internalização de normas sociais.

Referências

ARTEMIDORO DE DALDIS. **A oniromancia**: a interpretação dos sonhos. São Paulo: Editora Unesp. Ano: 160 DC, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: O Cuidado de Si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France em 1976. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos (1900). Tradução de Jayme Salomão. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund. Inconsciente. (1915). Tradução sob direção de Jayme Salomão. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. (1929). Tradução sob direção de Jayme Salomão. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

FREUD, Sigmund. O Id e o Ego (1923). Tradução de Jayme Salomão. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

LACAN, Jacques. A função e o campo da fala e da linguagem em psicanálise. Tradução Vera Ribeiro. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 239-321.

LACAN, Jacques. **O Seminário VII: A Ética da Psicanálise** (1959-1960). Tradução Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.